



LAUDO DE AVALIAÇÃO FINANCEIRA

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DE JACAREZINHO**



A

Diretoria da

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JACAREZINHO

Jacarezinho (PR)

Prezados Senhores,

Nos termos da proposta para prestação de serviços profissionais, foi desenvolvido trabalho técnico-contábil de análise econômico-financeira da Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho, CNPJ 78.209.558/0001-79, abrangendo a avaliação da evolução patrimonial, econômica e financeira da Entidade, mediante exame da escrituração contábil, das demonstrações contábeis, dos balancetes de verificação mensais, das notas explicativas e das demais informações disponibilizadas pela Administração, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 e ao período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2026.

A finalidade deste laudo é apresentar, de forma objetiva e fundamentada, as conclusões decorrentes das análises efetuadas, evidenciando as condições econômico-financeiras da Entidade, a evolução de sua liquidez e de sua solvência, a composição e a origem de suas receitas, o comportamento dos custos assistenciais e a destinação dos recursos aplicados na manutenção da atividade hospitalar.

METODOLOGIA DO TRABALHO

Os trabalhos foram conduzidos com base nas informações e documentos disponibilizados pela Administração da Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho, compreendendo a escrituração contábil, as demonstrações contábeis dos exercícios de 2024 e 2025 acompanhadas das respectivas notas explicativas, os balancetes analíticos de verificação e os papéis de trabalho de auditoria, observados os procedimentos técnicos aplicáveis à natureza do serviço.

No desenvolvimento dos trabalhos, buscou-se compreender o contexto operacional e financeiro da Entidade, bem como a evolução de sua situação patrimonial, econômica e financeira, mediante a aplicação de procedimentos de análise contábil e financeira, incluindo análise horizontal e vertical das demonstrações contábeis, apuração de indicadores econômico-financeiros e exame da composição das principais rubricas patrimoniais e de resultado.

A análise foi conduzida exclusivamente sob a ótica contábil, pelo regime de competência, não abrangendo a Demonstração dos Fluxos de Caixa. A destinação dos recursos foi aferida pela

correlação entre a evolução das rubricas patrimoniais e o comportamento do resultado dos exercícios examinados.

As conclusões apresentadas neste relatório decorrem da análise conjunta dos documentos e informações disponibilizados, observadas as normas técnicas e profissionais aplicáveis à natureza deste trabalho, e destinam-se exclusivamente à finalidade para a qual este relatório foi elaborado.

Colocamo-nos à disposição de V.S.as. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

AZEVEDO AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S

CRC 2SP017174/O-6

Luís Eduardo Azevedo

Contador - CRC 1SP292909/O-6

Sumário

1 Identificação do Trabalho	5
1.1 Identificação, Objeto e Finalidade	5
1.2 Metodologia e Escopo dos Trabalhos.....	5
1.3 Limitações do Escopo	6
2 Contexto Institucional da Entidade	6
2.1 Histórico e Natureza Jurídica	6
2.2 Dependência Estrutural de Recursos Públicos	7
3 Análise das Demonstrações Contábeis	8
3.1 Balanço Patrimonial.....	8
3.2 Demonstração do Resultado do Exercício	13
3.3 Resultado Financeiro e Endividamento Oneroso	16
4 Indicadores Econômico-Financeiros	17
4.1 Liquidez.....	17
4.2 Endividamento e Solvência.....	18
4.3 Capital Circulante Líquido e Passivo a Descoberto	19
5 Evolução Subsequente — Primeiro Semestre de 2026	20
6 Aspectos Identificados na Escrituração Contábil	21
7 A Priorização dos Desembolsos como Decisão de Continuidade Assistencial.....	23
8 Considerações Finais	24
9 ANEXO I – RELAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXAMINADA E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS DE SUPORTE.....	28

1 Identificação do Trabalho

1.1 Identificação, Objeto e Finalidade

O presente laudo tem por objeto a avaliação econômico-financeira da Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho ("Santa Casa" ou "Entidade"), inscrita no CNPJ sob o nº 78.209.558/0001-79, associação civil beneficente e filantrópica sem fins lucrativos fundada em 23 de março de 1919, mantenedora de hospital geral filantrópico no município de Jacarezinho, Estado do Paraná.

A finalidade é demonstrar, com base na escrituração contábil da Entidade, nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 acompanhadas das respectivas notas explicativas e nos balancetes de verificação mensais do período de janeiro a junho de 2026, a evolução da situação patrimonial, econômica e financeira da Entidade, os fatores determinantes do comportamento de sua liquidez, de seu endividamento e de seu resultado, bem como a destinação efetiva dos recursos por ela auferidos no período examinado.

As conclusões aqui apresentadas limitam-se aos aspectos técnico-contábeis e econômico-financeiros decorrentes da documentação examinada e destinam-se exclusivamente à finalidade para a qual este laudo foi elaborado, não constituindo auditoria das demonstrações contábeis nos termos da NBC TA 200, tampouco emissão de opinião sobre elas.

1.2 Metodologia e Escopo dos Trabalhos

Os trabalhos foram desenvolvidos mediante a aplicação dos seguintes procedimentos técnicos:

- análise horizontal e vertical do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício dos exercícios de 2024 e 2025;
- decomposição analítica das principais rubricas de receita, custo e despesa a partir do balancete contábil em nível de conta analítica;
- apuração de indicadores econômico-financeiros de liquidez, endividamento, solvência, estrutura de capital e resultado, com memória de cálculo individualizada;
- verificação da amarração entre o resultado do exercício, a movimentação do patrimônio líquido e os saldos patrimoniais correspondentes;
- exame da composição patrimonial mês a mês, extraída dos balancetes de verificação de janeiro a junho de 2026, com o objetivo de aferir a continuidade das tendências identificadas nos exercícios encerrados e de identificar o comportamento intra-anual de cada rubrica.

A análise foi conduzida exclusivamente pelo regime de competência, na forma da NBC TG Estrutura Conceitual e da ITG 2002 (R1) — Entidade sem Finalidade de Lucros, aplicável à natureza jurídica da Entidade. Por deliberação quanto ao escopo, não integra este trabalho a análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa. A destinação dos recursos foi aferida, portanto, pela correlação

entre a evolução das rubricas patrimoniais — notadamente fornecedores, honorários médicos, obrigações trabalhistas e sociais e dívida onerosa — e o comportamento do resultado dos exercícios.

1.3 Limitações do Escopo

Registram-se, para adequada compreensão do alcance deste laudo, as seguintes limitações:

- a documentação disponibilizada contempla demonstrações contábeis dos exercícios de 2024 e 2025. Não foram disponibilizadas demonstrações de exercícios anteriores, razão pela qual a análise de tendência restringe-se a dois exercícios encerrados, acrescidos do primeiro semestre de 2026;
- conforme item "e" das notas explicativas às demonstrações contábeis de 2025, a Entidade não realiza o cálculo das depreciações sobre o imobilizado adquirido com recursos próprios, registrando encargos de depreciação apenas sobre os bens adquiridos mediante subvenção. Tal prática diverge do disposto na NBC TG 27 — Ativo Imobilizado, e seus efeitos são comentados no capítulo próprio deste laudo;
- os balancetes mensais de 2026 apresentam, em alguns meses, saldos iniciais divergentes dos saldos finais dos meses imediatamente anteriores, conforme demonstrado no capítulo próprio. Por essa razão, adotou-se como base da posição de 30 de junho de 2026 o balancete acumulado do período de janeiro a junho, emitido em 31 de julho de 2026, por ser o documento mais recente e internamente consistente.

2 Contexto Institucional da Entidade

2.1 Histórico e Natureza Jurídica

Fundada em 23 de março de 1919, a Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho possui trajetória centenária na prestação de serviços hospitalares no município de Jacarezinho e na região do Norte Pioneiro do Paraná. A Entidade é possuidora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social emitido pelo Ministério da Saúde e foi declarada de utilidade pública federal pelo Decreto nº 71.987/73, estadual pela Lei nº 5.565/67 e municipal pela Lei nº 91/51, conforme consignado nas notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício de 2025.

A Santa Casa é constituída como associação civil, beneficente e filantrópica, sem fins lucrativos, nos termos do artigo 53 do Código Civil. Conforme registrado em suas notas explicativas, a associação não distribui resultados, dividendos, bonificações ou parcelas de seu patrimônio sob nenhum pretexto, não remunera nem concede vantagens por qualquer forma a seus diretores, associados, conselheiros, instituidores e beneméritos, e aplica seus resultados operacionais integralmente na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

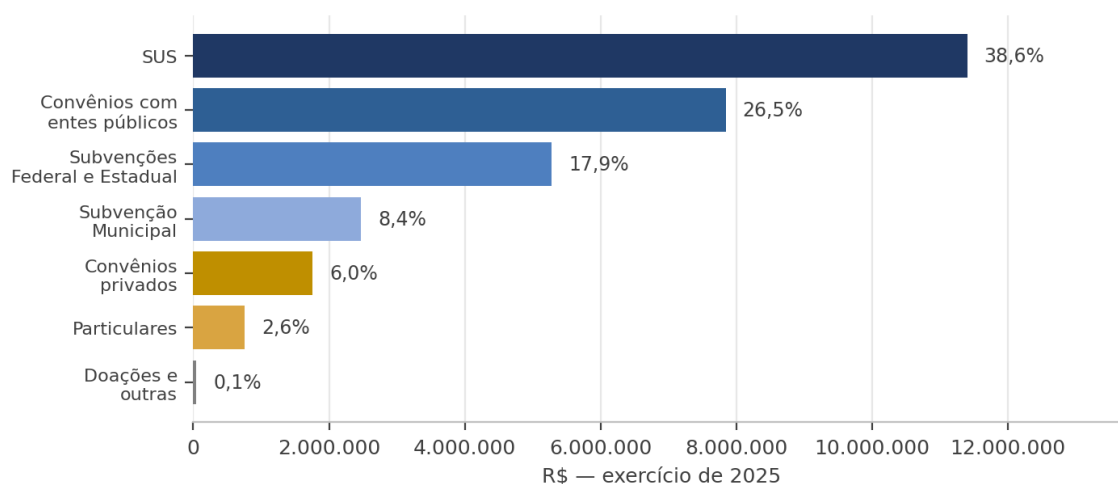
Essa vedação não decorre apenas de disposição estatutária. O artigo 14, inciso I, do Código Tributário Nacional estabelece, como requisito para a fruição das imunidades tributárias, que as entidades beneficentes não distribuam qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título. Consequentemente, eventual superávit econômico apurado deveria necessariamente permanecer aplicado na própria atividade institucional, refletindo-se em formação de patrimônio ou em disponibilidade financeira — o que, como se demonstrará, não se verificou no período examinado.

A Entidade apresenta, ainda, no exercício de 2025, reconhecimento contábil de trabalho voluntário no montante de R\$ 99.205,48, mensurado na forma da ITG 2002 (R1) e da Resolução CFC nº 1.409/2013, prestado sem remuneração pelos membros da Provedoria, da Secretaria e do Conselho Fiscal — evidência adicional da natureza não lucrativa da administração.

2.2 Dependência Estrutural de Recursos Públicos

Nos termos do artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, as entidades beneficentes certificadas na área da saúde devem comprovar, anualmente, a prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde em percentual mínimo de 60% de sua capacidade instalada, requisito indispensável à manutenção da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social — CEBAS. Conforme consignado nas notas explicativas, a Entidade apresentou, em 2025, percentual de atendimentos ao SUS superior ao mínimo legal exigido.

Sob a ótica econômico-financeira, essa condição institucional produz efeito determinante sobre a estrutura de receitas da Entidade. A decomposição da receita por fonte pagadora, extraída do balancete analítico do exercício de 2025, evidencia o grau de concentração em fontes de natureza pública:



Composição da receita bruta por fonte pagadora — exercício de 2025.

Fonte: balancete contábil analítico do exercício de 2025, contas do grupo 5111.01 (receita com pacientes) e rubricas de subvenções e doações da Demonstração do Resultado do Exercício. Valores apresentados antes da dedução de glosas de R\$ 105.224,56.

Consolidados os atendimentos ao SUS, os convênios firmados com entes públicos e as subvenções federais, estaduais e municipais, os recursos de origem pública representaram R\$ 26.989.693,25 em 2025, equivalentes a 91,7% da receita total da Entidade, contra R\$ 27.168.266,76 e 86,6% em 2024. As fontes privadas — convênios comerciais, pacientes particulares e doações — responderam por parcela residual, de aproximadamente 8,3% em 2025.

Essa concentração significa que a capacidade de recomposição de receitas da Entidade não decorre de decisão gerencial própria, mas encontra-se vinculada às tabelas, aos tetos financeiros e aos cronogramas de repasse do sistema público de saúde. Diante do crescimento dos custos assistenciais — notadamente pessoal, serviços médicos, medicamentos e materiais hospitalares —, a Entidade não dispõe de mecanismo de reprecificação capaz de restabelecer o equilíbrio entre receitas e custos, condição que se encontra na origem do desequilíbrio econômico-financeiro adiante demonstrado.

3 Análise das Demonstrações Contábeis

3.1 Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir o Balanço Patrimonial comparativo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, acompanhado da análise vertical (AV%, sobre o total do ativo) e da análise horizontal (AH%, variação de 2025 sobre 2024):

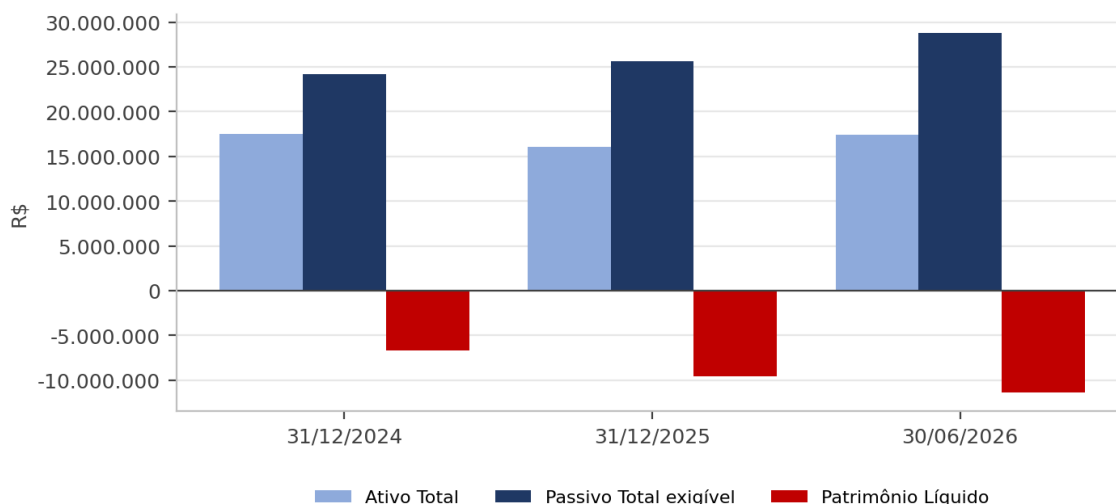
Conta	2024 (R\$)	AV%	2025 (R\$)	AV%	AH%
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.075.740,55	23,3%	1.190.936,18	7,4%	-70,8%
Créditos a Receber	2.083.961,99	11,9%	2.858.836,51	17,8%	+37,2%
Estoques	738.093,95	4,2%	1.379.665,45	8,6%	+86,9%
TOTAL CIRCULANTE	6.897.796,49	39,4%	5.429.438,14	33,7%	-21,3%
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo — Investimentos	89.162,38	0,5%	76.184,51	0,5%	-14,6%
Imobilizado (líquido)	10.529.949,29	60,1%	10.582.190,78	65,8%	+0,5%
TOTAL NÃO CIRCULANTE	10.619.111,67	60,6%	10.658.375,29	66,3%	+0,4%
TOTAL DO ATIVO	17.516.908,16	100,0%	16.087.813,43	100,0%	-8,2%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	1.058.715,61	6,0%	564.065,81	3,5%	-46,7%
Honorários Médicos	3.736.820,73	21,3%	4.668.451,17	29,0%	+24,9%
Obrigações com Pessoal	880.183,81	5,0%	869.239,28	5,4%	-1,2%
Férias a Pagar	738.756,88	4,2%	669.051,41	4,2%	-9,4%
Obrigações Tributárias	32.295,01	0,2%	17.657,74	0,1%	-45,3%
Subvenções a Realizar	3.581.971,34	20,4%	4.176.432,40	26,0%	+16,6%
Empréstimos	1.681.850,87	9,6%	1.059.661,83	6,6%	-37,0%
Adiantamento de Clientes	0,00	0,0%	612.580,59	3,8%	—
Indenizações Judiciais a Pagar	149.881,60	0,9%	2.541,60	0,0%	-98,3%
Outras Obrigações	2.040,39	0,0%	3.347,30	0,0%	+64,1%
TOTAL CIRCULANTE	11.862.516,24	67,7%	12.643.029,13	78,6%	+6,6%

Conta	2024 (R\$)	AV%	2025 (R\$)	AV%	AH%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos - LP	8.091.589,07	46,2%	8.515.640,91	52,9%	+5,2%
Receitas Diferidas	4.222.589,77	24,1%	4.287.779,76	26,7%	+1,5%
Provisão para Contingências	0,00	0,0%	178.391,00	1,1%	—
Indenizações Judiciais a Pagar - LP	16.096,80	0,1%	13.978,80	0,1%	-13,2%
TOTAL NÃO CIRCULANTE	12.330.275,64	70,4%	12.995.790,47	80,8%	+5,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Patrimônio Social	(5.177.762,93)	29,6%	(7.255.533,66)	45,1%	+40,1%
Resultado do Exercício	(1.498.120,79)	8,6%	(2.295.472,51)	14,3%	+53,2%
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(6.675.883,72)	38,1%	(9.551.006,17)	59,4%	+43,1%
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.516.908,16	100,0%	16.087.813,43	100,0%	-8,2%

Fonte: demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Valores negativos entre parênteses.

AV% calculada sobre o total do ativo de cada exercício.

A leitura do balanço evidencia deterioração patrimonial relevante entre os dois exercícios. O ativo total reduziu-se de R\$ 17.516.908,16 para R\$ 16.087.813,43, retração de -8,2%, ao passo que o passivo total exigível cresceu de R\$ 24.192.791,88 para R\$ 25.638.819,60, elevação de +6,0%. Como consequência direta desse duplo movimento, o patrimônio líquido, já negativo em 2024, aprofundou-se de R\$ (6.675.883,72) para R\$ (9.551.006,17), deterioração de +43,1%.



Ativo total, passivo total exigível e patrimônio líquido — 31/12/2024, 31/12/2025 e 30/06/2026.

Composição do ativo

A retração do ativo concentra-se integralmente no ativo circulante, que recuou -21,3%, de R\$ 6.897.796,49 para R\$ 5.429.438,14. O fator determinante foi o consumo das disponibilidades: caixa e equivalentes de caixa caíram de R\$ 4.075.740,55 para R\$ 1.190.936,18, redução de -70,8% — o equivalente a R\$ 2.884.804,37 absorvidos no exercício.

Em contrapartida, os créditos a receber cresceram +37,2% e os estoques +86,9%. Registre-se que, conforme a nota explicativa de estoques, a variação decorre da aquisição de materiais e

medicamentos vinculados a recursos cuja utilização deve acompanhar o período estabelecido em convênio — isto é, trata-se de ativo de destinação vinculada, sem liberdade de aplicação pela Administração. O ativo não circulante manteve-se praticamente estável (+0,4%), não se identificando investimentos de expansão no período.

Composição do passivo

A elevação do passivo exigível não é homogênea entre as rubricas, e sua composição interna é reveladora da forma como a Entidade administrou sua insuficiência de recursos. Os fornecedores reduziram-se -46,7%, de R\$ 1.058.715,61 para R\$ 564.065,81, enquanto os honorários médicos avançaram +24,9%, de R\$ 3.736.820,73 para R\$ 4.668.451,17. Observa-se, portanto, migração do financiamento operacional espontâneo dos fornecedores de bens para o corpo clínico.

No passivo não circulante, os empréstimos de longo prazo cresceram +5,2% e foi constituída provisão para contingências de R\$ 178.391,00, inexistente em 2024, reconhecida na forma da NBC TG 25 diante de risco classificado como provável pela assessoria jurídica da Entidade. As notas explicativas registram, ainda, risco possível de R\$ 4.628.232,00, não provisionado por não atender aos critérios de reconhecimento — passivo contingente cuja eventual materialização agravaria significativamente a situação patrimonial ora demonstrada.

Merece registro específico a rubrica Adiantamento de Clientes, de R\$ 612.580,59 em 2025 e inexistente em 2024. Conforme nota explicativa, refere-se à antecipação de parcela da contratualização obtida em novembro de 2024 mediante solicitação de apoio financeiro emergencial para controle das contas e ajuste do fluxo de caixa. A rubrica constitui, assim, evidência documental de que a Entidade recorreu a mecanismo excepcional de socorro financeiro junto ao ente estadual.

Amarração do patrimônio líquido

A variação do patrimônio líquido entre os exercícios decompõe-se conforme segue:

Composição da variação do patrimônio líquido	R\$
Patrimônio líquido em 31/12/2024	(6.675.883,72)
(+) Déficit do exercício de 2025	(2.295.472,51)
(+) Ajuste de exercícios anteriores	(579.649,94)
Patrimônio líquido em 31/12/2025	(9.551.006,17)

Fonte: Balanço Patrimonial e nota explicativa de ajuste de exercícios anteriores. O ajuste de R\$ 579.649,94 foi registrado na forma do artigo 186, § 1º, da Lei nº 6.404/76.

Composição patrimonial mês a mês — janeiro a junho de 2026

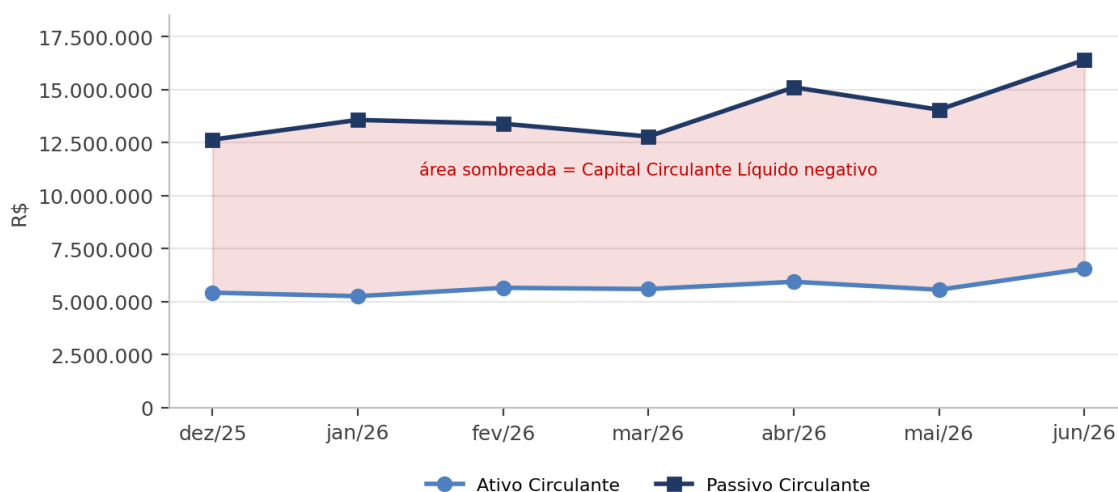
A leitura anual, por si só, não revela o comportamento intra-anual das rubricas nem o momento em que cada movimento se produziu. Para suprir essa limitação, apresenta-se a seguir a

composição do Balanço Patrimonial extraída dos balancetes de verificação de cada mês do primeiro semestre de 2026, tendo como base de comparação a posição de 31 de dezembro de 2025:

Conta	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	AH%
ATIVO								
Disponibilidades	1.190,9	1.149,5	1.270,2	1.072,4	970,4	997,5	862,4	-27,6%
Créditos a receber	925,9	866,2	1.373,8	1.597,1	2.167,3	1.739,7	2.708,2	+192,5%
Estoques	1.379,7	1.312,6	1.308,8	1.226,1	1.099,2	1.133,6	1.072,2	-22,3%
Outros créditos (subvenções a receber)	1.932,9	1.932,9	1.703,3	1.703,6	1.703,8	1.696,1	1.909,8	-1,2%
ATIVO CIRCULANTE	5.429,4	5.261,3	5.656,1	5.599,1	5.940,7	5.566,9	6.552,6	+20,7%
Investimentos	76,2	84,8	84,8	74,7	74,7	74,7	74,7	-2,0%
Imobilizado	10.582,2	10.582,4	10.591,0	10.681,1	10.741,1	10.707,8	10.784,1	+1,9%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.658,4	10.667,1	10.675,8	10.755,8	10.815,8	10.782,5	10.858,8	+1,9%
TOTAL DO ATIVO	16.087,8	15.928,4	16.331,9	16.354,8	16.756,5	16.349,4	17.411,4	+8,2%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Fornecedores	564,1	621,2	755,7	941,4	1.077,6	1.046,8	1.304,8	+131,3%
Honorários e serviços médicos	4.671,8	5.468,6	5.331,0	5.520,6	6.565,1	5.004,2	7.212,4	+54,4%
Obrigações c/ pessoal e tributárias	886,9	888,8	669,5	(151,5)	563,5	1.435,9	565,4	-36,2%
Outras obrigações (subv. a realizar)	4.179,0	4.178,7	4.178,5	4.089,5	4.185,6	4.065,0	4.540,7	+8,7%
Provisões (férias a pagar)	669,1	821,9	957,5	957,5	1.097,6	1.248,4	1.248,4	+86,6%
Empréstimos e adiantamentos (CP)	1.672,2	1.593,5	1.500,1	1.433,8	1.620,3	1.253,7	1.533,4	-8,3%
PASSIVO CIRCULANTE	12.643,0	13.572,7	13.392,3	12.791,5	15.109,7	14.054,1	16.405,2	+29,8%
Empréstimos (LP)	8.515,6	8.515,6	8.515,6	8.515,6	8.011,7	8.515,6	7.833,0	-8,0%
Indenizações judiciais (LP)	192,4	192,4	192,4	192,4	192,4	192,4	192,4	+0,0%
Receitas diferidas	4.287,8	4.287,8	4.287,8	4.376,5	4.400,2	4.400,2	4.400,2	+2,6%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	12.995,8	12.995,8	12.995,8	13.084,5	12.604,3	13.108,3	12.425,6	-4,4%
PASSIVO TOTAL EXIGÍVEL	25.638,8	26.568,5	26.388,1	25.876,0	27.714,1	27.162,3	28.830,8	+12,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(9.551,0)	(10.640,1)	(10.056,2)	(9.521,2)	(10.957,6)	(10.812,9)	(11.419,4)	+19,6%

Valores em R\$ mil. Fonte: balancetes de verificação de janeiro a junho de 2026 (DOC-04), expurgadas as contas de compensação de R\$ 176.345,82. A coluna dez/25 corresponde ao Balanço Patrimonial auditado. AH% = variação de jun/26 sobre dez/25, sobre valores absolutos.

A composição mensal evidencia que a deterioração patrimonial verificada entre 2024 e 2025 não apenas prosseguiu como se acelerou no primeiro semestre de 2026. Em seis meses, o passivo circulante cresceu +29,8%, de R\$ 12.643.029,13 para R\$ 16.405.216,33, enquanto o ativo circulante avançou apenas +20,7%. O descolamento entre as duas curvas é o traço dominante do período:



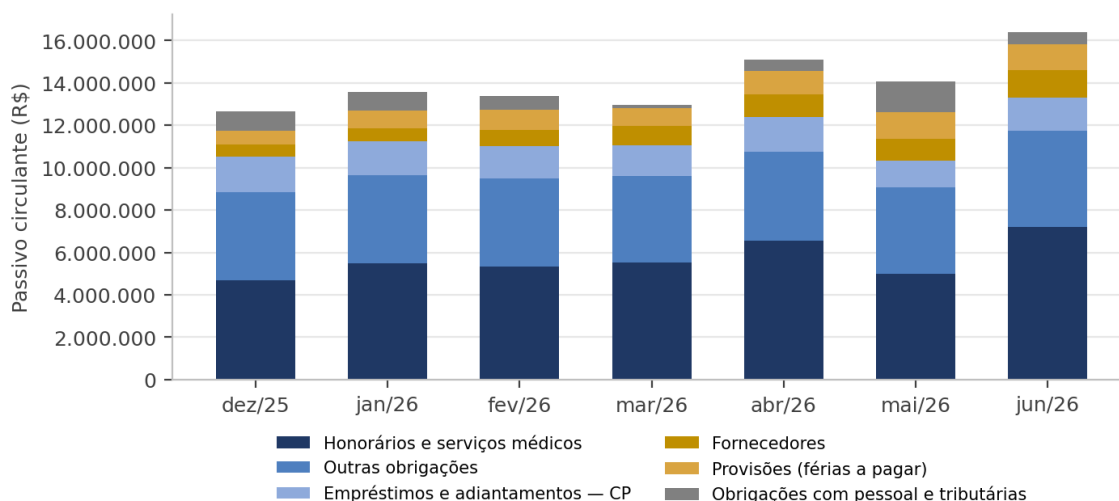
Ativo circulante e passivo circulante — dezembro de 2025 a junho de 2026.

Três movimentos merecem exame individualizado.

O primeiro é a continuidade do consumo das disponibilidades, que recuaram -27,6% no semestre, de R\$ 1.190.936,18 para R\$ 862.447,39. Somado ao consumo de -70,8% verificado em 2025, o saldo disponível em 30 de junho de 2026 representa apenas 21,2% do que existia ao final de 2024.

O segundo é a expansão dos honorários e serviços médicos a pagar, que saltaram +54,4% no semestre, de R\$ 4.671.798,47 para R\$ 7.212.446,77. Essa única rubrica responde por R\$ 2.540.648,30 do crescimento total de R\$ 3.762.187,20 do passivo circulante, ou seja, 67,5% do total. Ao final do semestre, os honorários médicos a pagar equivaliam a 44,0% do passivo circulante.

O terceiro é o crescimento de +131,3% na conta de fornecedores, que reverte a redução observada em 2025 e retorna ao patamar de 2024. Em conjunto, fornecedores e honorários médicos — as duas rubricas que financiam diretamente a operação assistencial — passaram de R\$ 5.235.864,28 em dezembro de 2025 para R\$ 8.517.244,32 em junho de 2026, concentrando 51,9% das obrigações de curto prazo.



Composição do passivo circulante por rubrica — dezembro de 2025 a junho de 2026.

O gráfico de composição confirma que o crescimento do passivo circulante não é homogêneo: concentra-se nas obrigações vinculadas à prestação do serviço hospitalar. As rubricas de natureza financeira — empréstimos e adiantamentos de curto prazo — mantiveram-se estáveis, com variação de -8,3% no semestre, e as receitas diferidas e demais obrigações de longo prazo permaneceram praticamente inalteradas. Trata-se, portanto, de financiamento espontâneo da operação por fornecedores e pelo corpo clínico, e não de captação de novos recursos onerosos.

No ativo, o crescimento de +192,5% nos créditos a receber, de R\$ 925.906,92 para R\$ 2.708.194,56, não representa reforço de liquidez efetiva: trata-se de faturamento ainda não convertido em

recursos financeiros, ao passo que as obrigações que o financiaram já se encontram vencidas ou em vias de vencimento. Os estoques recuaram -22,3% e o imobilizado permaneceu estável (+1,9%), confirmando a ausência de investimentos relevantes de expansão no período.

Em decorrência desses movimentos, o patrimônio líquido negativo aprofundou-se de R\$ (9.551.006,17) em dezembro de 2025 para R\$ (11.419.418,26) em junho de 2026, agravamento de +19,6% em apenas seis meses.

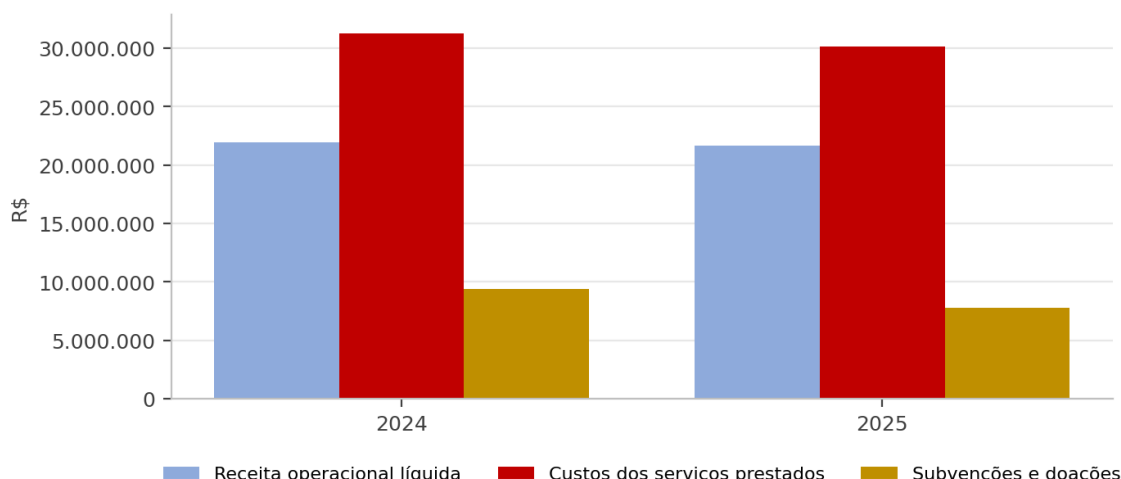
3.2 Demonstração do Resultado do Exercício

Apresenta-se a seguir a Demonstração do Resultado do Exercício comparativa, com análise vertical calculada sobre a receita operacional líquida de cada exercício:

Conta	2024 (R\$)	AV%	2025 (R\$)	AV%	AH%
RECEITAS					
SUS	11.618.980,13	52,9%	11.400.997,66	52,6%	-1,9%
Convênios Entidades Públicas	7.996.247,59	36,4%	7.842.139,36	36,2%	-1,9%
Convênios	1.323.828,71	6,0%	1.759.026,32	8,1%	+32,9%
Particulares	1.109.510,21	5,1%	759.806,24	3,5%	-31,5%
(-) Abatimentos - Glosas	(93.112,55)	0,4%	(105.224,56)	0,5%	+13,0%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21.955.454,09	100,0%	21.656.745,02	100,0%	-1,4%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS					
Pessoal	(15.355.425,54)	69,9%	(15.372.840,32)	71,0%	+0,1%
Serviços Médicos	(11.076.779,76)	50,5%	(10.491.523,51)	48,4%	-5,3%
Materiais e Medicamentos	(4.867.403,67)	22,2%	(4.248.370,72)	19,6%	-12,7%
TOTAL DOS CUSTOS	(31.299.608,97)	142,6%	(30.112.734,55)	139,0%	-3,8%
RESULTADO (DÉFICIT) BRUTO	(9.344.154,88)	42,6%	(8.455.989,53)	39,0%	-9,5%
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS					
Despesas Administrativas e Gerais	(3.078.493,04)	14,0%	(3.075.332,02)	14,2%	-0,1%
Financeiras Líquidas	(1.680.084,26)	7,7%	(1.702.277,76)	7,9%	+1,3%
Outras Despesas	6.086,71	0,0%	(19.425,96)	0,1%	n/a
Receitas Diversas	574.296,47	2,6%	499.704,81	2,3%	-13,0%
Receita com Trabalho Voluntário	127.754,48	0,6%	99.205,48	0,5%	-22,3%
Isonções Usufruidas	2.475.824,07	11,3%	2.568.745,47	11,9%	+3,8%
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	(1.574.615,57)	7,2%	(1.629.379,98)	7,5%	+3,5%
RECEITAS COM SUBVENÇÕES E DOAÇÕES					
Federal	3.252.802,94	14,8%	3.079.935,91	14,2%	-5,3%
Municipal	3.600.000,00	16,4%	2.468.750,00	11,4%	-31,4%
Estadual	700.236,10	3,2%	2.197.870,32	10,1%	+213,9%
Doações e Contribuições	1.867.610,62	8,5%	43.340,77	0,2%	-97,7%
TOTAL DAS SUBVENÇÕES E DOAÇÕES	9.420.649,66	42,9%	7.789.897,00	36,0%	-17,3%
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(1.498.120,79)	6,8%	(2.295.472,51)	10,6%	+53,2%

Fonte: demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. AV% calculada sobre a receita operacional líquida. AH% calculada sobre valores absolutos.

O elemento central da demonstração é a insuficiência estrutural da receita operacional para suportar os custos diretos da atividade assistencial. Em 2025, a receita operacional líquida de R\$ 21.656.745,02 fez frente a custos dos serviços prestados de R\$ 30.112.734,55, resultando em déficit bruto de R\$ 8.455.989,53. Em termos relativos, a receita operacional cobriu apenas 71,9% dos custos diretos em 2025 e 70,1% em 2024.



Receita operacional líquida, custos dos serviços prestados e subvenções — exercícios de 2024 e 2025.

A margem bruta permaneceu negativa nos dois exercícios, em -42,6% em 2024 e -39,0% em 2025. A leve melhora do indicador não decorre de recomposição de receita — que, ao contrário, retraiu -1,4% —, mas da redução dos custos, de -3,8%, concentrada em serviços médicos (-5,3%) e em materiais e medicamentos (-12,7%). O custo com pessoal manteve-se praticamente inalterado (+0,1%), evidenciando a rigidez dessa parcela da estrutura de custos.

Dependência das subvenções para a formação do resultado

O déficit bruto é enfrentado, na estrutura da demonstração, pelas receitas com subvenções e doações. A comparação entre esses dois montantes revela ponto de inflexão relevante entre os exercícios:

Indicador	2024	2025
Déficit bruto (R\$)	(9.344.154,88)	(8.455.989,53)
Subvenções e doações (R\$)	9.420.649,66	7.789.897,00
Grau de cobertura do déficit bruto	100,8%	92,1%
Dependência de subvenções (sobre a receita total)	30,0%	26,5%

Memória de cálculo: grau de cobertura = subvenções e doações ÷ déficit bruto. Dependência de subvenções = subvenções e doações ÷ (receita operacional líquida + subvenções e doações).

Em 2024, as subvenções e doações cobriram 100,8% do déficit bruto, superando-o marginalmente. Em 2025, esse grau de cobertura recuou para 92,1%, deixando de suportar integralmente o desequilíbrio da atividade-fim. A retração de -17,3% nas subvenções decorre, principalmente, da redução da subvenção municipal (-31,4%) e do desaparecimento das doações de entidade privada, que somaram R\$ 1.800.000,00 em 2024 e não se repetiram em 2025. Trata-se, portanto, de deterioração provocada por fatores externos à gestão operacional da Entidade.

Efeito de ganho não recorrente sobre o resultado de 2025

A análise do resultado exige, ainda, o expurgo de item de natureza não recorrente. O balancete analítico registra, na conta 5141.01.0012 — Descontos e Abatimentos de Empréstimos, receita de R\$ 715.662,80 em 2025, contra R\$ 50,85 em 2024. Trata-se de ganho decorrente de renegociação de dívida, sem correspondência em geração operacional de recursos. Expurgado esse efeito, o resultado recorrente do exercício apresenta a seguinte configuração:

Apuração do resultado recorrente de 2025	R\$
Déficit do exercício apurado	(2.295.472,51)
(-) Descontos e abatimentos obtidos em empréstimos (não recorrente)	(715.662,80)
Déficit recorrente do exercício	(3.011.135,31)

Fonte: balancete contábil analítico do exercício de 2025, conta 5141.01.0012.

Depurado o ganho não recorrente, o déficit de 2025 alcança R\$ 3.011.135,31, o que representa agravamento de +101,0% em relação ao déficit de 2024. A comparação direta entre os resultados publicados — agravamento de +53,2% — subestima, portanto, a velocidade real de deterioração do desempenho econômico da Entidade.

3.3 Resultado Financeiro e Endividamento Oneroso

A rubrica Financeiras Líquidas da Demonstração do Resultado do Exercício registrou despesa líquida de R\$ 1.702.277,76 em 2025, contra R\$ 1.680.084,26 em 2024. A estabilidade aparente do saldo líquido oculta, contudo, movimentos internos de sinais opostos e de magnitude relevante, revelados pela abertura analítica da rubrica:

Componente	2024 (R\$)	2025 (R\$)	AH%
Juros sobre empréstimo Caixa Econômica Federal	(1.161.502,78)	(1.896.380,38)	+63,3%
Juros sobre demais empréstimos	(535.172,00)	(467.151,02)	-12,7%
Juros de mora a fornecedores	(34.609,38)	(104.550,56)	+202,1%
Taxas e comissões bancárias	(83.145,01)	(45.450,60)	-45,3%
Juros de mora sobre obrigações financeiras	(859,20)	(20,39)	-97,6%
(+) Descontos e abatimentos obtidos em empréstimos	50,85	715.662,80	+1.407.299,8%
(+) Rendimentos de aplicações e poupança	131.764,01	92.008,19	-30,2%
(+) Descontos obtidos	3.389,25	3.604,20	+6,3%
Resultado financeiro líquido	(1.680.084,26)	(1.702.277,76)	+1,3%

Fonte: balancete contábil analítico, contas dos grupos 5141.01 (receitas financeiras) e 5221.01 (despesas financeiras). Não integram o quadro as outras despesas financeiras de R\$ 6.619,94 em 2024 e R\$ 1.679,90 em 2025, classificadas na DRE em Outras Despesas. Os totais reconciliam-se integralmente com a rubrica Financeiras Líquidas da Demonstração do Resultado.

O componente determinante é o encargo sobre o empréstimo contratado junto à Caixa Econômica Federal, que avançou de R\$ (1.161.502,78) para R\$ (1.896.380,38), elevação de +63,3%. Somados aos juros das demais operações, os encargos sobre empréstimos passaram de R\$ (1.696.674,78) para R\$ (2.363.531,40), crescimento de +39,3%. Registram-se, ainda, juros de mora a fornecedores

de R\$ (104.550,56) em 2025, contra R\$ (34.609,38) em 2024 — elevação de +202,1% que constitui indício objetivo de atraso na liquidação de obrigações operacionais.

O contraste entre a evolução dos encargos e a do estoque da dívida é o dado analiticamente mais relevante deste capítulo:

Endividamento oneroso	2024 (R\$)	2025 (R\$)	AH%
Empréstimos — curto prazo	1.681.850,87	1.059.661,83	-37,0%
Empréstimos — longo prazo	8.091.589,07	8.515.640,91	+5,2%
Total do endividamento oneroso	9.773.439,94	9.575.302,74	-2,0%
Encargos financeiros sobre empréstimos	(1.696.674,78)	(2.363.531,40)	+39,3%
Custo financeiro implícito (encargos ÷ dívida média)	17,4%	24,7%	—

Memória de cálculo: custo financeiro implícito = encargos financeiros sobre empréstimos do exercício ÷ saldo do endividamento oneroso ao final do exercício.

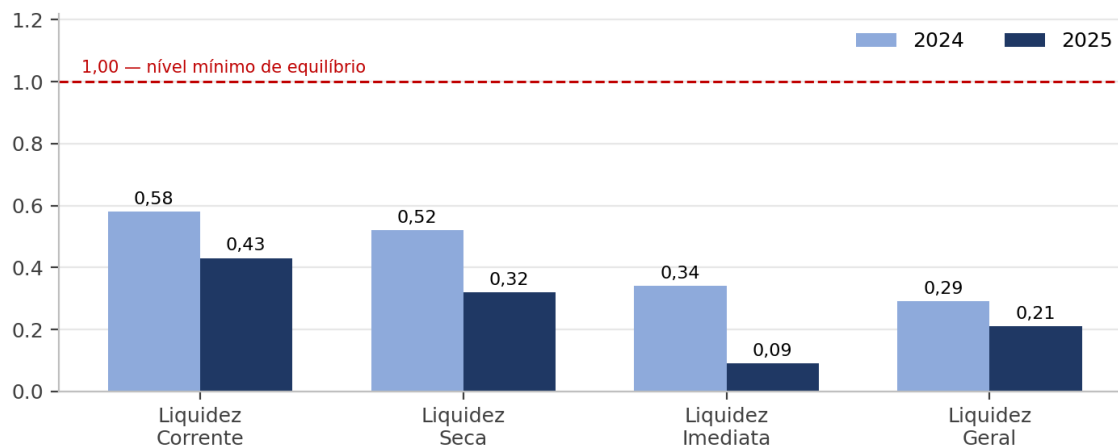
Enquanto o estoque da dívida onerosa permaneceu praticamente estável, com leve redução de - 2,0%, os encargos correspondentes cresceram +39,3%. O custo financeiro implícito elevou-se de 17,4% para 24,7% ao ano. Esse comportamento não é compatível com amortização regular de dívida: indica incorporação de encargos ao saldo devedor, repactuação de operações vencidas ou incidência de encargos moratórios. Confirma-o o já mencionado reconhecimento de descontos e abatimentos de R\$ 715.662,80 em 2025, típico de renegociação de passivo em atraso.

Conforme nota explicativa, os empréstimos foram contratados junto à Uniprime e à Caixa Econômica Federal, esta última no sistema de consignação do faturamento SUS. Sob a ótica econômico-financeira, a consignação implica retenção das parcelas na origem, antes do repasse dos recursos à Entidade, reduzindo diretamente a disponibilidade destinada ao custeio da atividade assistencial e explicando, em parte, a acentuada queda das disponibilidades verificada no exercício.

4 Indicadores Econômico-Financeiros

Os indicadores a seguir foram apurados a partir das demonstrações contábeis dos exercícios de 2024 e 2025 e do balancete de verificação acumulado de janeiro a junho de 2026, com memória de cálculo individualizada ao final deste capítulo.

4.1 Liquidez



Índices de liquidez — exercícios de 2024 e 2025.

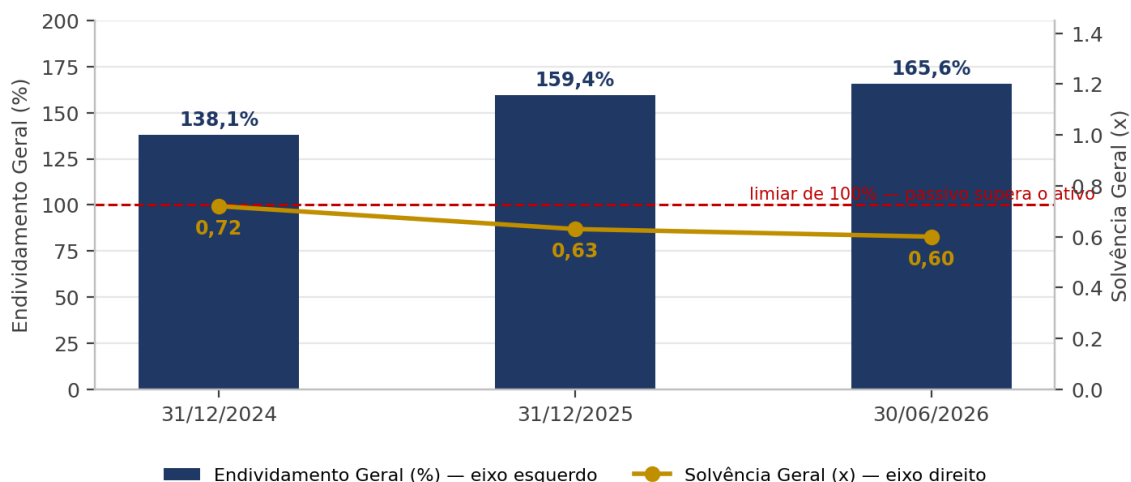
Todos os índices de liquidez apresentam-se abaixo da unidade nos dois exercícios e em trajetória declinante. A liquidez corrente recuou de 0,58 para 0,43, significando que, ao final de 2025, cada real de obrigação de curto prazo encontrava lastro de apenas R\$ 0,43 em ativos realizáveis no mesmo horizonte.

A deterioração mais expressiva ocorre na liquidez imediata, que caiu de 0,34 para 0,09, reflexo direto do consumo de -70,8% das disponibilidades. Cumpre ressaltar que o saldo remanescente de R\$ 1.190.936,18 inclui R\$ 421.289,04 em contas e aplicações com restrição de uso, vinculadas a convênios e a contas garantia de empréstimos. Depurada essa parcela, a disponibilidade de livre movimentação ao final de 2025 reduz-se a R\$ 769.647,14, correspondentes a 6,1% do passivo circulante.

A liquidez seca, que expurga os estoques, recuou de 0,52 para 0,32. A queda superior à da liquidez corrente confirma que a elevação dos estoques verificada no balanço — vinculada a recursos de convênio, conforme nota explicativa — não representa reforço de capacidade de pagamento.

Em 30 de junho de 2026, todos os índices apresentam novo recuo: a liquidez corrente cai para 0,40, a liquidez seca para 0,33, a liquidez geral para 0,23 e a liquidez imediata para 0,05 — este último patamar significa que as disponibilidades da Entidade cobriam pouco mais de cinco por cento de suas obrigações de curto prazo.

4.2 Endividamento e Solvência



Endividamento Geral e Solvência Geral — 31/12/2024, 31/12/2025 e 30/06/2026.

Indicador	31/12/2024	31/12/2025	30/06/2026
Liquidez Corrente (AC ÷ PC)	0,58	0,43	0,40
Liquidez Seca ((AC – Estoques) ÷ PC)	0,52	0,32	0,33
Liquidez Imediata (Disponível ÷ PC)	0,34	0,09	0,05
Liquidez Geral ((AC + RLP) ÷ (PC + PNC))	0,29	0,21	0,23
Solvência Geral (Ativo Total ÷ Passivo Total)	0,72	0,63	0,60
Endividamento Geral (Passivo Total ÷ Ativo Total)	138,1%	159,4%	165,6%
Composição do Endividamento (PC ÷ Passivo Total)	49,0%	49,3%	56,9%
Capital Circulante Líquido (AC – PC)	(4.964.719,75)	(7.213.590,99)	(9.852.619,21)
Passivo a Descoberto (PL negativo ÷ Ativo Total)	38,1%	59,4%	65,6%
Margem Bruta (Déficit Bruto ÷ Receita Operacional Líquida)	-42,6%	-39,1%	n/a
Margem Líquida (Déficit ÷ Receita Operacional Líquida)	-6,8%	-10,6%	n/a
Rentabilidade do Ativo (Déficit ÷ Ativo Total)	-8,6%	-14,3%	n/a

Memória de cálculo: AC = ativo circulante · PC = passivo circulante · PNC = passivo não circulante · RLP = realizável a longo prazo
 · Passivo Total = PC + PNC. Os saldos de 30/06/2026 foram extraídos do balancete de verificação acumulado de janeiro a junho de 2026, expurgadas as contas de compensação de R\$ 176.345,82. Indicadores de margem e de rentabilidade não são apurados para 2026 por se tratar de período semestral, não comparável a exercícios completos.

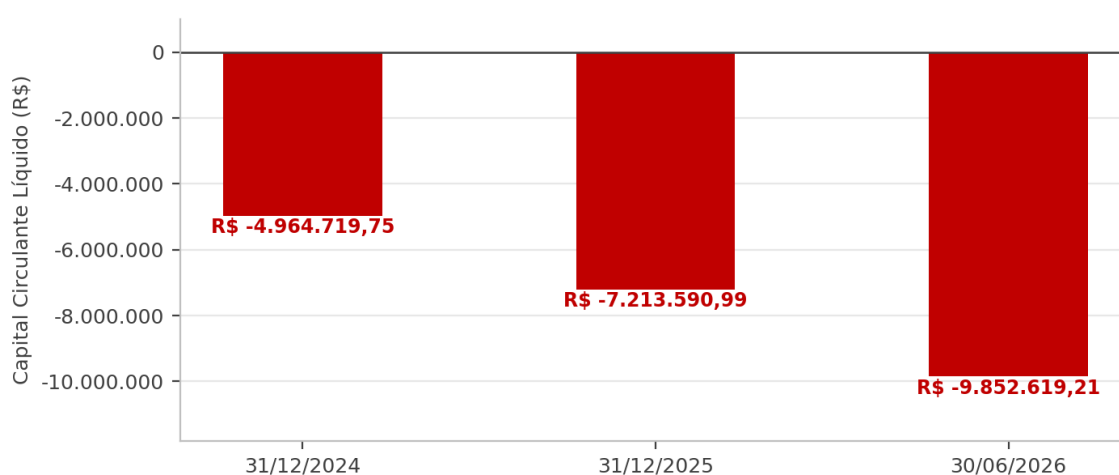
O Endividamento Geral, que já superava a integralidade do ativo em 2024, ao patamar de 138,1%, elevou-se para 159,4% em 2025 e alcançou 165,6% em 30 de junho de 2026. Nessa última data, cada R\$ 1,00 de ativo correspondia a R\$ 1,66 de obrigações exigíveis. O indicador de Solvência Geral, seu recíproco, recuou de 0,72 para 0,63 e, em seguida, para 0,60, indicando que a totalidade dos bens e direitos da Entidade era suficiente para liquidar apenas 60,4% de suas obrigações ao final do primeiro semestre de 2026.

A Composição do Endividamento, estável em torno de 49,0% nos dois exercícios encerrados, elevou-se para 56,9% em 30 de junho de 2026. O deslocamento é relevante: as obrigações vêm migrando do longo para o curto prazo, exatamente no período em que a liquidez corrente recuou

para 0,40. A conjugação dos dois movimentos agrava o descasamento estrutural entre a exigibilidade das obrigações e a capacidade de realização dos ativos.

Dentre os indicadores examinados, a Solvência Geral é o que expressa de forma mais direta a gravidade da situação patrimonial. Sua permanência abaixo da unidade em ambos os exercícios caracteriza situação de passivo a descoberto: o conjunto dos ativos da Entidade não é suficiente para fazer frente ao conjunto de suas obrigações. Trata-se de condição que, nos termos da NBC TG 26 e da NBC TA 570, constitui evento ou condição que suscita dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

4.3 Capital Circulante Líquido e Passivo a Descoberto



Capital Circulante Líquido — 31/12/2024, 31/12/2025 e 30/06/2026.

O Capital Circulante Líquido, negativo nos três momentos analisados, aprofundou-se de R\$ (4.964.719,75) em 2024 para R\$ (7.213.590,99) em 2025, agravamento de +45,3%, alcançando R\$ (9.852.619,21) em 30 de junho de 2026 — deterioração adicional de +36,6% em apenas um semestre. O indicador demonstra que a Entidade financia parcela relevante de seu ativo não circulante — essencialmente o imobilizado hospitalar — com recursos de curto prazo, configuração que impõe pressão permanente sobre a liquidez.

O passivo a descoberto, medido pela relação entre o patrimônio líquido negativo e o ativo total, evoluiu de 38,1% em 2024 para 59,4% em 2025 e 65,6% em 30 de junho de 2026. Em outras palavras, ao final do período examinado, o valor das obrigações não cobertas por ativos equivalia a aproximadamente dois terços do ativo total da Entidade.

5 Evolução Subsequente — Primeiro Semestre de 2026

Com o objetivo de aferir se as tendências identificadas nos exercícios encerrados persistiram após a data-base das demonstrações contábeis, foi examinado o balancete de verificação acumulado do período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2026, emitido em 31 de julho de 2026.

Posição patrimonial	31/12/2025 (R\$)	30/06/2026 (R\$)	Variação
Ativo circulante	5.429.438,14	6.552.597,12	+20,7%
Ativo não circulante	10.658.375,29	10.858.793,69	+1,9%
Ativo total	16.087.813,43	17.411.390,81	+8,2%
Passivo circulante	12.643.029,13	16.405.216,33	+29,8%
Passivo não circulante	12.995.790,47	12.425.592,74	-4,4%
Passivo total exigível	25.638.819,60	28.830.809,07	+12,4%
Patrimônio líquido	(9.551.006,17)	(11.419.418,26)	+19,6%

Fonte: balancete de verificação acumulado de janeiro a junho de 2026 (DOC-04), expurgadas as contas de compensação de R\$ 176.345,82 registradas nos grupos 14 e 25.

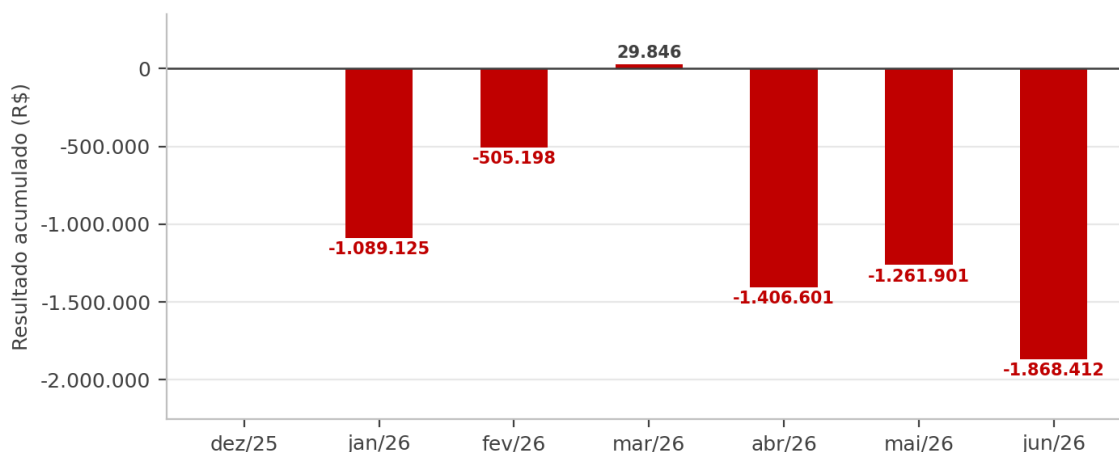
No primeiro semestre de 2026, o passivo circulante avançou +29,8%, ao passo que o ativo circulante cresceu +20,7%. Em valores absolutos, o passivo total exigível elevou-se em R\$ 3.191.989,47, enquanto o ativo total cresceu R\$ 1.323.577,38. Como consequência, o patrimônio líquido negativo aprofundou-se em R\$ 1.868.412,09, alcançando R\$ (11.419.418,26) em 30 de junho de 2026.

Formação do resultado ao longo do semestre

O balancete registra, no acumulado de janeiro a junho de 2026, receitas de R\$ 8.904.723,01 e despesas de R\$ 10.773.135,10, apurando déficit de R\$ (1.868.412,09) em seis meses. A evolução mês a mês do resultado acumulado é a seguinte:

Mês	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26
Receitas acumuladas (R\$)	1.445.106,78	3.455.535,34	4.937.522,94	6.284.143,66	7.534.139,27	8.904.723,01
Despesas acumuladas (R\$)	2.534.231,69	3.960.733,66	4.907.676,55	7.690.744,61	8.796.040,17	10.773.135,10
Resultado acumulado (R\$)	(1.089.124,91)	(505.198,32)	29.846,39	(1.406.600,95)	(1.261.900,90)	(1.868.412,09)

Fonte: balancetes de verificação de janeiro a junho de 2026, grupos 51 (receitas) e 52 (despesas). Os saldos são acumulados desde 1º de janeiro de 2026.



Resultado acumulado do exercício de 2026 — janeiro a junho.

A série revela oscilação relevante entre os meses, com destaque para o resultado acumulado positivo de R\$ 29.846,39 registrado em março, revertido já em abril para déficit acumulado de R\$ (1.406.600,95). Essa volatilidade é compatível com o processamento de lançamentos retroativos apontado no capítulo seguinte e recomenda que a leitura do resultado se apoie na posição acumulada de 30 de junho de 2026, e não nos fechamentos intermediários.

Comparado o ritmo de formação do déficit, verifica-se aceleração expressiva: a média mensal passou de R\$ (191.289,38) em 2025 para R\$ (311.402,02) no primeiro semestre de 2026, agravamento de +62,8%. Projetado o ritmo do semestre para o exercício completo, o déficit de 2026 alcançaria R\$ (3.736.824,18), montante superior ao déficit apurado em 2025 em +62,8%. A projeção tem caráter meramente indicativo do ritmo observado e não constitui estimativa contábil. Os indicadores apurados na mesma data-base confirmam a continuidade da deterioração: a liquidez corrente recuou para 0,40, a liquidez imediata para 0,05, a solvência geral para 0,60 e o endividamento geral elevou-se para 165,6%. Nenhum dos indicadores examinados apresentou reversão de tendência no período subsequente.

6 Aspectos Identificados na Escrituração Contábil

O exame da documentação disponibilizada identificou os aspectos a seguir relacionados, que devem ser considerados na interpretação das análises apresentadas neste laudo.

Passivo contingente não provisionado

As notas explicativas registram, além da provisão constituída de R\$ 178.391,00 para riscos classificados como prováveis, a existência de riscos classificados como possíveis no montante de R\$ 4.628.232,00, não reconhecidos no passivo por não atenderem aos critérios da NBC TG 25. Esse montante equivale a 28,8% do ativo total da Entidade em 2025. Sua eventual materialização, ainda que parcial, agravaria de forma significativa a situação de passivo a descoberto demonstrada neste laudo.

7 A Priorização dos Desembolsos como Decisão de Continuidade Assistencial

As análises desenvolvidas ao longo deste laudo permitem compreender não apenas a evolução patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho, mas também a forma como os recursos financeiros disponíveis foram empregados no período examinado.

A avaliação conjunta do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício e dos indicadores econômico-financeiros evidencia que os recursos auferidos pela Entidade foram integralmente direcionados à manutenção da atividade assistencial. Em 2025, os custos dos serviços prestados alcançaram R\$ 30.112.734,55, ou 90,7% do total dos custos e despesas

administrativas, concentrados em pessoal (R\$ 15.372.840,32), serviços médicos (R\$ 10.491.523,51) e materiais e medicamentos (R\$ 4.248.370,72) — rubricas indispensáveis à continuidade do atendimento aos pacientes.

Ao longo do período analisado, verificou-se que a insuficiência de recursos foi administrada mediante a priorização desses desembolsos essenciais, ao passo que obrigações cuja liquidação admitia maior flexibilidade temporal passaram a compor de forma crescente o passivo da Entidade. Esse comportamento é objetivamente demonstrável pela composição das rubricas patrimoniais:

- as disponibilidades foram consumidas em -70,8%, de R\$ 4.075.740,55 para R\$ 1.190.936,18, em favor da manutenção da operação;
- os honorários médicos a pagar cresceram +24,9%, evidenciando que a remuneração do corpo clínico passou a ser financiada por diferimento;
- os encargos financeiros sobre empréstimos avançaram +39,3% sobre estoque de dívida praticamente estável, configuração típica de repactuação de obrigações vencidas;
- os juros de mora a fornecedores elevaram-se +202,1%, indicando atraso na liquidação de obrigações operacionais;
- o patrimônio líquido negativo aprofundou-se +43,1% em 2025 e mais +19,6% no primeiro semestre de 2026;
- no semestre de 2026, os honorários e serviços médicos a pagar cresceram +54,4% e os fornecedores +131,3%, respondendo em conjunto por 87,2% de todo o crescimento do passivo circulante, ao passo que as obrigações de natureza financeira permaneceram estáveis.

É relevante destacar que essa interpretação não decorre da leitura isolada de qualquer demonstração. As conclusões resultam da análise integrada do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício e dos indicadores econômico-financeiros, correlacionando a evolução das rubricas patrimoniais com o comportamento do resultado dos exercícios, de modo a evidenciar a destinação efetiva dos recursos.

Outro aspecto relevante refere-se à própria natureza jurídica da Entidade. A Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho é constituída como associação civil sem fins lucrativos, nos termos do artigo 53 do Código Civil, tendo por finalidade o desenvolvimento de atividades de interesse social, e não a obtenção ou a distribuição de resultados econômicos. Adicionalmente, o artigo 14, inciso I, do Código Tributário Nacional veda a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título, como requisito para a fruição das imunidades tributárias.

Consequentemente, eventual superávit econômico, caso existisse, deveria permanecer aplicado na própria atividade institucional, refletindo-se necessariamente em formação de patrimônio, em

ampliação da estrutura assistencial ou em disponibilidade financeira. No caso da Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho, entretanto, o conjunto das evidências demonstra situação diametralmente oposta: em vez de formação de patrimônio, observou-se consumo progressivo dos recursos pela própria operação hospitalar, refletido na redução das disponibilidades, no crescimento do endividamento, na deterioração de todos os índices de liquidez e no aprofundamento do patrimônio líquido negativo.

Sob a ótica técnico-contábil, portanto, não se identifica, no período examinado, qualquer evidência de formação de excedente financeiro, de acumulação patrimonial ou de destinação de recursos a finalidade diversa da atividade assistencial a que a Entidade se dedica.

8 Considerações Finais

O presente trabalho teve por objetivo avaliar a evolução econômico-financeira da Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho, mediante análise das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, das notas explicativas, dos balancetes de verificação do período de janeiro a junho de 2026 e dos demais documentos disponibilizados pela Administração. Ao longo das análises realizadas, verificou-se que os diversos elementos examinados apresentam comportamento convergente, permitindo compreender a evolução da situação patrimonial, financeira e operacional da Entidade sob uma perspectiva integrada. Nesse contexto, destacam-se os seguintes aspectos:

- elevada dependência de fontes públicas de financiamento, que responderam por 91,7% da receita total em 2025, sem margem de recomposição própria de preços;
- insuficiência estrutural da receita operacional para suportar os custos diretos da atividade assistencial, que cobriu apenas 71,9% desses custos em 2025, resultando em déficit bruto de R\$ 8.455.989,53;
- perda da capacidade das subvenções de cobrir o déficit bruto, cujo grau de cobertura recuou de 100,8% em 2024 para 92,1% em 2025;
- déficit recorrente de R\$ 3.011.135,31 em 2025, uma vez expurgado ganho não recorrente de R\$ 715.662,80 decorrente de renegociação de dívida;
- consumo de -70,8% das disponibilidades e deterioração de todos os índices de liquidez, com liquidez corrente de 0,43 e liquidez imediata de 0,09 ao final de 2025;
- situação de passivo a descoberto, com solvência geral de 0,63 e patrimônio líquido negativo de R\$ (9.551.006,17) em 2025, aprofundado para R\$ (11.419.418,26) em 30 de junho de 2026;

- aceleração do ritmo de formação do déficit, cuja média mensal passou de R\$ (191.289,38) em 2025 para R\$ (311.402,02) no primeiro semestre de 2026, agravamento de +62,8%;
- crescimento de +29,8% no passivo circulante em apenas seis meses, concentrado em honorários médicos e fornecedores — isto é, em obrigações diretamente vinculadas à continuidade da assistência;
- crescimento de +39,3% nos encargos financeiros sobre estoque de dívida praticamente estável, indicativo de repactuação de obrigações vencidas.

A análise conjunta desses fatores evidencia que o desequilíbrio econômico-financeiro observado não decorreu de evento isolado, mas de processo contínuo de compressão das margens operacionais, no qual a evolução das despesas superou, de forma recorrente, a capacidade de crescimento das receitas — estas, por sua vez, vinculadas a fontes de financiamento público sobre as quais a Entidade não exerce ingerência.

A evolução patrimonial, interpretada em conjunto com o comportamento dos passivos operacionais e onerosos, demonstra que os recursos financeiros disponíveis foram direcionados, predominantemente, à manutenção da atividade assistencial, abrangendo despesas com pessoal, corpo clínico, medicamentos, materiais hospitalares, fornecedores e demais serviços indispensáveis ao funcionamento da Entidade. Da mesma forma, a evolução dos financiamentos e dos encargos financeiros evidencia que a insuficiência de recursos foi administrada mediante reorganização temporal das obrigações, sem que os recursos permanecessem disponíveis como caixa excedente ou resultassem em formação de patrimônio.

Merece destaque, ainda, a natureza jurídica da Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho, constituída como associação civil sem fins lucrativos nos termos do artigo 53 do Código Civil e sujeita às disposições do artigo 14, inciso I, do Código Tributário Nacional, que vedam a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas. As evidências examinadas são inequívocas quanto à inexistência de excedente passível de distribuição em qualquer dos períodos analisados.

Registre-se que a ausência de cálculo de depreciação sobre o imobilizado adquirido com recursos próprios, apontada no capítulo próprio, implica que os déficits e o patrimônio líquido negativo aqui demonstrados constituem estimativas conservadoras. A aplicação integral da NBC TG 27 conduziria a resultados mais deficitários e a patrimônio líquido ainda mais negativo do que os ora apresentados.

Diante do conjunto das evidências examinadas, conclui-se que a deterioração econômico-financeira observada ao longo do período analisado decorreu da combinação entre receitas insuficientes para

acompanhar a evolução dos custos assistenciais, crescimento das obrigações operacionais e financeiras e redução progressiva da capacidade de geração de recursos, tendo os valores auferidos sido integralmente absorvidos pela manutenção da atividade hospitalar. A persistência dessas condições ao longo do primeiro semestre de 2026, com aceleração do ritmo de formação do déficit e novo aprofundamento do passivo a descoberto, caracteriza, nos termos da NBC TA 570, incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

As conclusões apresentadas neste laudo limitam-se aos aspectos técnico-contábeis e econômico-financeiros decorrentes da documentação examinada, não abrangendo qualquer apreciação de natureza jurídica acerca da responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas eventualmente relacionadas aos fatos analisados.

Por fim, ressalta-se que este laudo foi elaborado com base nas informações e documentos disponibilizados pela Administração da Entidade, observando os princípios técnicos aplicáveis à análise contábil e econômico-financeira, refletindo, no entendimento deste signatário, de forma adequada e fundamentada, a situação econômico-financeira da Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho no período examinado.

Eram estas as considerações que nos cumpria relatar acerca do objeto deste trabalho.

Bauru, 31 de julho de 2026.

AZEVEDO AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S

CRC 2SP017174/O-6

Luís Eduardo Azevedo

Contador - CRC 1SP292909/O-6

9 ANEXO I – RELAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXAMINADA E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS DE SUPORTE

Com o objetivo de assegurar a rastreabilidade das análises e conclusões apresentadas neste laudo, relacionam-se, a seguir, os documentos contábeis e financeiros examinados durante a execução do trabalho, todos disponibilizados pela Administração da Entidade:

Código	Documentação examinada
DOC-01	Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, acompanhadas das notas explicativas, aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 19 de março de 2026
DOC-02	Balancete contábil analítico dos exercícios de 2024 e de 2025, em nível de conta analítica, com saldos finais e classificação por grupo patrimonial e de resultado
DOC-03	Papéis de trabalho de auditoria contendo a apuração do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e dos quadros de suporte às notas explicativas do exercício de 2025
DOC-04	Balancetes de verificação mensais de janeiro a maio de 2026 e balancete de verificação acumulado do período de janeiro a junho de 2026, emitido em 31 de julho de 2026
DOC-05	Mapa de movimentação do ativo imobilizado dos exercícios de 2024 e de 2025
DOC-06	Memórias de cálculo dos indicadores econômico-financeiros, da composição patrimonial mensal de 2026 e das análises horizontal e vertical elaboradas no curso deste trabalho

Em razão do volume e da natureza eletrônica de parte da documentação, especialmente dos balancetes analíticos e dos papéis de trabalho, os arquivos não foram reproduzidos integralmente no corpo deste laudo, tendo sido preservados em seus formatos originais e mantidos em repositório digital específico, à disposição para consulta.

ESCRITÓRIO ALPHAVILLE

Av. Marcos Penteado Rodrigues, 939
Cj. 808 - Torre Jacarandá -
Alphaville
Barueri/SP - CEP: 06460-040
(11) 3280-1755

ESCRITÓRIO BAURU

R. Monsenhor Claro 10-70 Sala 201
Vila Mesquita - Ed. Luzi Empresarial
Bauru/SP - CEP: 17014-360
(14) 3018-1755

ESCRITÓRIO ARAÇATUBA

R. Bandeirantes, 1438
Jardim Sumaré
Araçatuba/SP - CEP: 16015-250
(18) 3117-4500



contato@azevedoauditoria.com.br



(11) 93313-1622



www.azevedo.cnt.br



@azevedoauditoria



/azevedoauditoria



@azevedoaudit



/azevedoauditoria